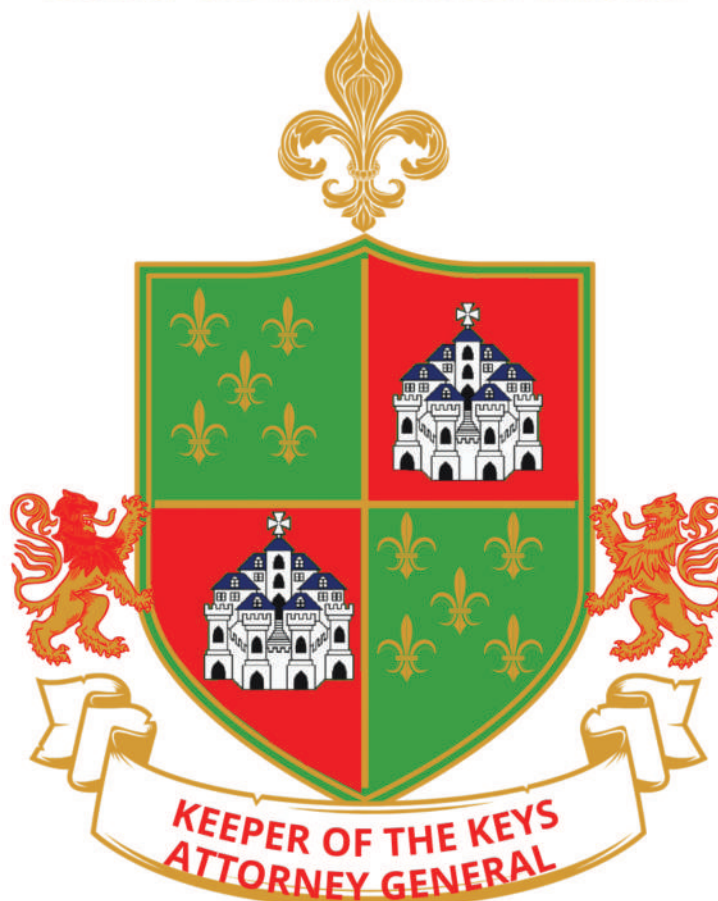




Casa de Antunes Mota



Alienação Fiduciária por meio de Garantia

A780

Gerente do Balcão do BANCO CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL, S. A.
de Almeirim

BANCO CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL, S. A.



*Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved*

Aviso-Legal
Aviso ao principal é Aviso ao agente
Aviso ao agente é Aviso ao director
O silêncio vale como declaração negocial
Primeiro Aviso

Aviso-Legal n.º 189 de 13 de Abril de 2023

Registo público: RL 01966813 1 PT

Ref.: A778

Assunto: Empréstimo bancário n.048.21.100564-9

Na sequência da tentativa de cobrança de um montante relativamente a um empréstimo bancário n.048.21.100564-9, venho solicitar alguns esclarecimentos, na qualidade de responsável do CARTÃO DO CIDADÃO de SILVIA MARIA ANTUNES MOTA.

Por e em nome de: Silvia Mota®, todos os direitos reservados, na plena capacidade de mulher, ser-vivo-genuíno auto-declarado. Todos os direitos reservados. Dá fé o presente Aviso-Legal da salvaguarda da liberdade e dos direitos inerentes e inalienáveis da mulher, por via da existência real em plena capacidade e liberdade de consciência;

Dirigido nas suas duas capacidades a: fazendo negócios como: (d.b.a.) Dora Antunes, na posição de Gerente e Representante do BANCO MONTEPIO GERAL.

Descrição de factos

Considerando que nenhum contrato escrito é aplicavel ou valido se não cumprir todos os requisitos de um contrato legitimo:

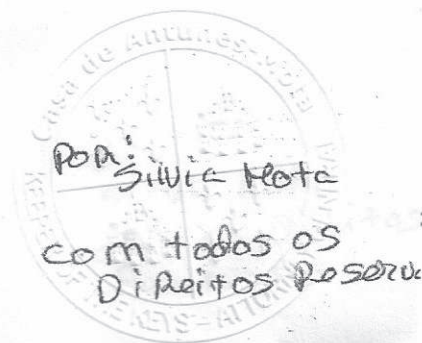
- 1.1 Partes competentes, em idade de consentimento e do mesmo tipo, seja este legitimo ou legal;
- 1.2 Consentimento livre e genuino, sem que tenha sido obtido por fraude, logro, coação ou engano;
- 1.3 Divulgação total de todas as informações materiais que possam influenciar a tomada de decisão das partes;
- 1.4 Considerando que em qualquer contrato, ambas as partes devem ter conhecimento de toda a verdade, de todos os factos. A omissão de algum facto poderá anular o contrato.
- 1.5 Considerando que a parte que não redigiu o contrato não teve oportunidade razoável para obter conhecimento dos termos tecnicos utilizados.
- 1.6 Que para haver um empréstimo, uma das partes tem que ter algo para emprestar à outra parte.
- 1.7 Considerando suficiente, o valor que é recebido e dado em troca;

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.

Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 1 de 2



1.8 Certeza dos termos e condições totalmente revelados e acordados, fixos e sem possibilidade de alteração sem acordo;

1.9 Assinatura a tinta, como registo de evidencia e consentimento mútuo.

Deliberações

Tendo em conta todos os pontos anteriores, solicito a apresentação dos seguintes documentos:

1. O relatório original de contas, onde foi subtraído o dinheiro que alegam ter emprestado a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA;
2. O balanço de contas original, que prova ter havido um empréstimo de dinheiro;
3. Que me demonstrassem através dos movimentos bancários e contabilísticos originais detalhados que esse dinheiro já existia na vossa conta;
4. O valor contabilístico da conta do MONTEPIO GERAL à data do suposto empréstimo a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA;
5. Comprovativo do movimento bancário, que comprove a disponibilidade financeira na conta bancária do BANCO MONTEPIO GERAL do valor alegadamente emprestado a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, bem como o movimento de entrada e saída desse montante da conta do BANCO MONTEPIO GERAL para a conta da SILVIA MARIA ANTUNES MOTA;
6. Informações sobre a origem do suposto dinheiro que foi emprestado a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA;
7. Provas que demonstrem que o Banco MONTEPIO GERAL pagou ou paga por esse dinheiro;
8. O alegado contrato original assinado a tinta fresca por todos os intervenientes.

Dadas as circunstâncias, caso alguma das alegações não corresponda à realidade, requeremos prova material irrefutável que contraponha o exposto neste AVISO LEGAL, num prazo de 7 (sete) dias para endereço de mail: motasilvia91@gmail.com ou por carta registada.

Este documento original é autenticado com assinatura ou autógrafo e selo próprio e será enviada cópia autenticada para os organismos pertinentes;

O Silêncio vale como Declaração negocial, Silêncio é consentimento;

Sem má vontade ou provocação,

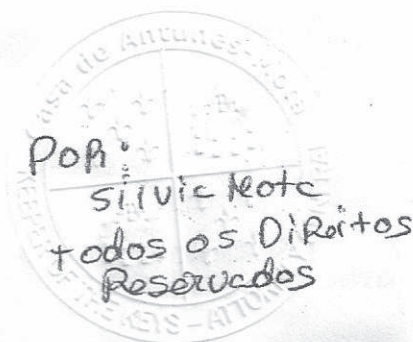
Atentamente,

13 de abril de 2023,

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 2 de 2



Aviso-Legal
Aviso ao principal é Aviso ao agente
Aviso ao agente é Aviso ao director
O silêncio vale como declaração negocial
Segundo Aviso

Aviso-Legal n.º 200 de 21 de Abril de 2023
Registo público: RL 019668220 PT
Ref.: A778
Assunto: Empréstimo bancário n.048.21.100564-9

Na sequência da tentativa de cobrança de um montante relativamente a um empréstimo bancário n.048.21.100564-9, venho solicitar alguns esclarecimentos, na qualidade de responsável do CARTÃO DO CIDADÃO de SILVIA MARIA ANTUNES MOTA.

Por e em nome de: Silvia Mota®, todos os direitos reservados, na plena capacidade de mulher, ser-vivo-genuíno auto-declarado. Todos os direitos reservados. Dá fé o presente Aviso-Legal da salvaguarda da liberdade e dos direitos inerentes e inalienáveis da mulher, por via da existência real em plena capacidade e liberdade de consciência;

Dirigido nas suas duas capacidades a: fazendo negócios como: (d.b.a.) Dora Antunes, na posição de Gerente e Representante do BANCO MONTEPIO GERAL.

Descrição de factos

Considerando que nenhum contrato escrito é aplicável ou válido se não cumprir todos os requisitos de um contrato legítimo:

- 1.1 Partes competentes, em idade de consentimento e do mesmo tipo, seja este legítimo ou legal;
- 1.2 Consentimento livre e genuíno, sem que tenha sido obtido por fraude, logro, coação ou engano;
- 1.3 Divulgação total de todas as informações materiais que possam influenciar a tomada de decisão das partes;
- 1.4 Considerando que em qualquer contrato, ambas as partes devem ter conhecimento de toda a verdade, de todos os factos. A omissão de algum facto poderá anular o contrato.
- 1.5 Considerando que a parte que não redigiu o contrato não teve oportunidade razoável para obter conhecimento dos termos técnicos utilizados.
- 1.6 Que para haver um empréstimo, uma das partes tem que ter algo para emprestar à outra parte.
- 1.7 Considerando suficiente, o valor que é recebido e dado em troca;

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778
Pág. 1 de 2

por:
Silvia Mota
Todos os Direitos
Reservados

1.8 Certeza dos termos e condições totalmente revelados e acordados, fixos e sem possibilidade de alteração sem acordo;

1.9 Assinatura a tinta, como registo de evidencia e consentimento mútuo.

Deliberações

Tendo em conta todos os pontos anteriores, solicito a apresentação dos seguintes documentos:

1. O relatório original de contas, onde foi subtraído o dinheiro que alegam ter emprestado a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA;
2. O balanço de contas original, que prova ter havido um empréstimo de dinheiro;
3. Que me demonstrassem através dos movimentos bancários e contabilísticos originais detalhados que esse dinheiro já existia na vossa conta;
4. O valor contabilístico da conta do MONTEPIO GERAL à data do suposto empréstimo a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA;
5. Comprovativo do movimento bancário, que comprove a disponibilidade financeira na conta bancária do BANCO MONTEPIO GERAL do valor alegadamente emprestado a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, bem como o movimento de entrada e saída desse montante da conta do BANCO MONTEPIO GERAL para a conta da SILVIA MARIA ANTUNES MOTA;
6. Informações sobre a origem do suposto dinheiro que foi emprestado a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA;
7. Provas que demonstrem que o Banco MONTEPIO GERAL pagou ou paga por esse dinheiro;
8. O alegado contrato original assinado a tinta fresca por todos os intervenientes.

Dadas as circunstâncias, caso alguma das alegações não corresponda à realidade, requeremos prova material irrefutável que contraponha o exposto neste AVISO LEGAL, num prazo de 7 (sete) dias por carta registada.

Este documento original é autenticado com assinatura ou autógrafo e selo próprio e será enviada cópia autenticada para os organismos pertinentes;

O Silêncio vale como Declaração negocial, Silêncio é consentimento;

Sem má vontade ou provocação,

Atentamente,

21 de abril de 2023,

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 2 de 2

Por
Silvia Mota
Todos os Direitos
Reservados

Aviso-Legal

Aviso ao principal e sucessores é Aviso ao agente

Aviso ao agente é Aviso ao director

O silêncio vale como declaração negocial

Terceiro Aviso

Aviso-Legal n.º 201 de 28 de Abril de 2023

Registo público: RL 0196 6819 3 PT

Ref.: A778

Assunto: Empréstimo bancário n.048.21.100564-9,

Na sequência do envio dos nossos avisos legais, Aviso-Legal n.º 189 de 13 de Abril de 2023 Registo público: RL 01966813 1 PT, Aviso-Legal n.º 200 de 21 de Abril de 2023, Registo público: RL 019668220 PT, na ausência de quaisquer respostas fornecidas pela Sra. Dora Antunes, gerente e representante do BANCO MONTEPIO GERAL – CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, e a qual não se pronunciou, refutando os factos presentes nos avisos legais, referidos e enviados, verificando que existe portanto agora um ACORDO LEGAL e VINCULATIVO da concordância da Sra. Dora Antunes no cargo de Gerente e Representante Legal do BANCO MONTEPIO GERAL – CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, segundo referido, relativamente aos factos expostos e com os efeitos descritos neste aviso legal.

Por e em nome de: Silvia Mota®, todos os direitos reservados, na plena capacidade de mulher, ser-vivo-genuíno auto-declarado. Todos os direitos reservados. Dá fé o presente Aviso-Legal da salvaguarda da liberdade e dos direitos inerentes e inalienáveis da mulher, por via da existência real em plena capacidade e liberdade de consciência;

Dirigido nas suas duas capacidades a: fazendo negócios como: (d.b.a.) Dora Antunes, na posição de Gerente e Representante do BANCO MONTEPIO GERAL - CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL.

Análise da situação

Considerando que o BANCO MONTEPIO GERAL – CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, encontra-se registada como empresa com sede na Rua Áurea, 219/241, 1100-062 Lisboa; registado com o NIF 500792615 e o DUNS® 450169503, como sociedade, com 3330 funcionários.

Considerando que nenhum contrato escrito é aplicável ou válido se não cumprir todos os requisitos de um contrato legítimo:

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.

Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 1 de 5

Por:
Silvia Mota
Todos os Direitos
Reservados

- 1.1 Partes competentes, em idade de consentimento e do mesmo tipo, seja este legítimo ou legal;
- 1.2 Consentimento livre e genuíno, sem que tenha sido obtido por fraude, logro, coação ou engano;
- 1.3 Divulgação total de todas as informações materiais que possam influenciar a tomada de decisão das partes;
- 1.4 Considerando que em qualquer contrato, ambas as partes devem ter conhecimento de toda a verdade, de todos os factos. A omissão de algum facto poderá anular o contrato.
- 1.5 Considerando que a parte que não redigiu o contrato não teve oportunidade razoável para obter conhecimento dos termos utilizados.
- 1.6 Considerando que num contrato devem constar os seguintes elementos (segundo o código das Sociedades Comerciais de 1986):
 - a) Os nomes ou firmas de todos os sócios fundadores e os outros dados de identificação destes;
 - b) O tipo de sociedade;
 - c) A firma da sociedade;
- 1.7 Considerando que para haver um empréstimo, uma das partes tem que ter algo para emprestar à outra parte.
- 1.8 Considerando suficiente, o valor que é recebido e dado em troca;
- 1.9 Certeza dos termos e condições totalmente revelados e acordados, fixos e sem possibilidade de alteração sem acordo;
- 1.10 Assinatura a tinta, como registo de evidencia e consentimento mútuo.

2. Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, não se pronunciou sobre os avisos Legais Anteriores, demonstrado a origem do capital alegadamente emprestado a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA.

3. Verificamos que para haver um empréstimo é necessário que a parte que empresta disponha de capital para o fazer, o qual não foi demonstrado contabilisticamente e nem através de movimentos bancários.

4. Verificamos que para haver um empréstimo não basta criar números fictícios numa conta. Para fazer um empréstimo o credor terá que ter em sua posse aquilo que está a emprestar, entregando o capital ao alegado devedor, no acto do contrato.

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778
Pág. 2 de 5

Por:
Sílvia Mota
todos os Direitos
Reservados

5. Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, intitula-se como credora da empresa SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, no entanto, o termo credor significa que a pessoa que oferece crédito cria uma dívida para o fazer.

6. Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, não contraiu qualquer dívida, ao alegadamente emprestar capital a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA.

7. Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL não apresentou o dinheiro líquido, nem o relatório diário de transações mostrando a origem do capital que financia o alegado contrato.

8. Verificamos que o verdadeiro credor deste alegado empréstimo é SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, que emprestou os seus dados assinando um contrato fraudulento.

9. Verificamos que foram omitidos dados deste mesmo contrato, nomeadamente, dados relevantes sobre a EMPRESA BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, e também sobre a origem do alegado capital.

10. Verificamos que os dados da SILVIA MARIA ANTUNES MOTA foram utilizados para serem vendidos pelo BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL a Terceiros, sem permissão da mesma, perfazendo os crimes de usurpação de dados pessoais, de roubo de identidade, abuso de poder, má representação, etc.

Deliberações

Tendo em conta todos os pontos anteriores, e verificando a ausência de resposta do BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, silêncio é consentimento, formalizo o ACORDO LEGAL e VINCULATIVO em concordância com a representante legal Dora Antunes do BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL.

Verificamos que não foi demonstrado ter havido um empréstimo por parte do BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA,

Verificamos que não foi demonstrado que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, tinha dinheiro físico para emprestar a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA,

Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL não apresentou o dinheiro líquido, nem o relatório diário de transações mostrando a origem e destino dos fundos que financia o alegado empréstimo.

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 3 de 5

Por:
Silvia Mota
todas os Direitos
Reservados

Verificamos que esse facto foi omitido no momento da escritura, bem como muitos outros factos, nomeadamente a venda dos dados de SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, perfazendo os crimes de usurpação de dados pessoais, de roubo de identidade, abuso de poder, má representação, etc.

Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, utilizou os dados de SILVIA MARIA ANTUNES MOTA de forma ilícita, delibero que o primeiro passou a ser devedor de SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, ficando obrigado a pagar o valor de 500 000€.

Verificamos que SILVIA MARIA ANTUNES MOTA não deve nada á empresa BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO.

Os actos administrativos de execução do presente Aviso-Legal são eficazes através de mera notificação ao destinatário, por via de carta registada, electrónica, presencial ou outra, sendo dispensadas as demais formalidades aplicaveis, considerando-se notificados no proprio dia.

Este Aviso-Legal mantém a sua vigencia independentemente das alterações, renovações ou revogações dos diplomas mencionados.

Dadas as circunstâncias, caso alguma das alegações não corresponda à realidade, requeremos prova material irrefutável que contraponha o exposto neste AVISO LEGAL, num prazo de 7 (sete) dias por carta registada.

Este documento original é autenticado com assinatura ou autógrafo e selo próprio e será enviada cópia autenticada para os organismos pertinentes;

O Silêncio vale como Declaração negocial, Silêncio é consentimento;

Sem má vontade ou provocação,

Atentamente,

28 de Abril de 2023,

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 4 de 5

Por:
Silvia Mota
Todos os Direitos
Reservados

Tabela de preços

Violação de direitos	Compensação	Unidade de Taxação	Frações Faturação
Retenção da propriedade	4 000 000€	Dia	N. aplicavel
Devolução com dano material ao genuino proprietario	8 000 000€	Acto	N. Aplicavel
Sonegação/subtração	Restituição do valor duplicado	Acto	N. aplicavel
Elaboração de documentos oficiais	1000€	Hora	60 min.
Atendimento de chamadas	200€	Hora	15 min.
Deslocações	50€	Km	N. Aplicavel

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778
Pág. 5 de 5

Por:
Silvia Norte
Todos os Direitos
Reservados

Aviso-Legal

Acordo Formal e Permanente, Legal e Vinculativo

Aviso ao principal e sucessores é Aviso ao agente

Aviso ao agente é Aviso ao director

O silêncio vale como declaração negocial

Quarto Aviso

Aviso-Legal n.º 204 de 10 de Maio de 2023

Registo público: RL 019668295 PT

Ref.: A778

Assunto: Empréstimo bancário n.048.21.100564-9,

Na sequência do envio dos nossos avisos legais, Aviso-Legal n.º 189 de 13 de Abril de 2023 Registo público: RL 01966813 1 PT, Aviso-Legal n.º 200 de 21 de Abril de 2023, Registo público: RL 019668220 PT, Aviso-Legal n.º 201 de 28 de Abril de 2023 com o registo publico: RL019668193 PT, na ausencia de quaisquer respostas fornecidas pela Sra. Dora Antunes, gerente e representante do BANCO MONTEPIO GERAL – CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, e a qual não se pronunciou, refutando os factos presentes nos avisos legais, referidos e enviados, verificando que existe portanto agora um ACORDO LEGAL, FORMAL, PERMANENTE e VINCULATIVO da concordancia da Sra. Dora Antunes no cargo de Gerente e Representante Legal do BANCO MONTEPIO GERAL – CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, segundo referido, relativamente aos factos expostos e com os efeitos descritos neste aviso legal.

Por e em nome de: Silvia Mota®, todos os direitos reservados, na plena capacidade de mulher, ser-vivo-genuíno auto-declarado. Todos os direitos reservados. Dá fé o presente Aviso-Legal da salvaguarda da liberdade e dos direitos inerentes e inalienáveis da mulher, por via da existência real em plena capacidade e liberdade de consciência;

Dirigido nas suas duas capacidades a: fazendo negócios como: (d.b.a.) Dora Antunes, na posição de Gerente e Representante do BANCO MONTEPIO GERAL - CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL.

Análise da situação

Considerando que o BANCO MONTEPIO GERAL – CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, encontra-se registada como empresa com sede na Rua Áurea,

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 1 de 5

BR:
Silvia Mota
Todos os direitos
Reservados

219/241, 1100-062 Lisboa, registado com o NIF 500792615 e o DUNS® 450169503, como sociedade, com 3330 funcionários.

Considerando que nenhum contrato escrito é aplicável ou válido se não cumprir todos os requisitos de um contrato legítimo:

1.1 Partes competentes, em idade de consentimento e do mesmo tipo, seja este legítimo ou legal;

1.2 Consentimento livre e genuíno, sem que tenha sido obtido por fraude, logro, coação ou engano;

1.3 Divulgação total de todas as informações materiais que possam influenciar a tomada de decisão das partes;

1.4 Considerando que em qualquer contrato, ambas as partes devem ter conhecimento de toda a verdade, de todos os factos. A omissão de algum facto poderá anular o contrato.

1.5 Considerando que a parte que não redigiu o contrato não teve oportunidade razoável para obter conhecimento dos termos utilizados.

1.6 Considerando que num contrato devem constar os seguintes elementos (segundo o código das Sociedades Comerciais de 1986):

a) Os nomes ou firmas de todos os sócios fundadores e os outros dados de identificação destes;

b) O tipo de sociedade;

c) A firma da sociedade;

1.7 Considerando que para haver um empréstimo, uma das partes tem que ter algo para emprestar à outra parte.

1.8 Considerando suficiente, o valor que é recebido e dado em troca;

1.9 Certeza dos termos e condições totalmente revelados e acordados, fixos e sem possibilidade de alteração sem acordo;

1.10 Assinatura a tinta, como registo de evidência e consentimento mútuo.

2. Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, não se pronunciou sobre os avisos Legais Anteriores, demonstrado a origem do capital alegadamente emprestado a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA.

3. Verificamos que para haver um empréstimo é necessário que a parte que empresta disponha de capital para o fazer, o qual não foi demonstrado contabilisticamente e nem através de movimentos bancários.

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 2 de 5

Por:
Silvia Mota
todas os Direitos
Reservados

4. Verificamos que para haver um empréstimo não basta criar números fictícios numa conta. Para fazer um empréstimo o credor terá que ter em sua posse aquilo que está a emprestar, entregando o capital ao alegado devedor, no acto do contrato.

5. Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, intitula-se como credora da empresa SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, no entanto, o termo credor significa que a pessoa que oferece crédito cria uma dívida para o fazer.

6. Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, não contraiu qualquer dívida, ao alegadamente emprestar capital a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA.

7. Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL não apresentou o dinheiro líquido, nem o relatório diário de transações mostrando a origem do capital que financia o alegado contrato.

8. Verificamos que o verdadeiro credor deste alegado empréstimo é SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, que emprestou os seus dados assinando um contrato fraudulento.

9. Verificamos que foram omitidos dados deste mesmo contrato, nomeadamente, dados relevantes sobre a EMPRESA BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, e também sobre a origem do alegado capital.

10. Verificamos que os dados da SILVIA MARIA ANTUNES MOTA foram utilizados para serem vendidos pelo BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL a Terceiros, sem permissão da mesma, perfazendo os crimes de usurpação de dados pessoais, de roubo de identidade, abuso de poder, má representação, etc.

Deliberações

Tendo em conta todos os pontos anteriores, e verificando a ausência de resposta do BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, silêncio é consentimento, formalizo o ACORDO LEGAL e VINCULATIVO em concordância com a representante legal Dora Antunes do BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL.

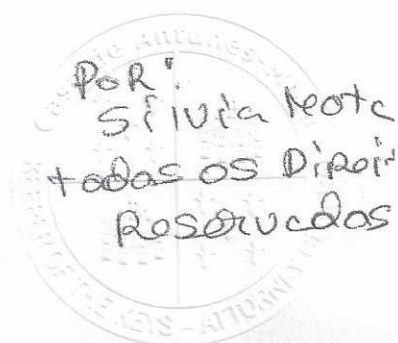
Verificamos que não foi demonstrado ter havido um empréstimo por parte do BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA,

Verificamos que não foi demonstrado que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, tinha dinheiro físico para emprestar a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA,

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 3 de 5



Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL não apresentou o dinheiro liquido, nem o relatório diário de transações mostrando a origem e destino dos fundos que financia o alegado emprestimo.

Verificamos que esse facto foi omitido no momento da escritura, bem como muitos outros factos, nomeadamente a venda dos dados de SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, perfazendo os crimes de usurpação de dados pessoais, de roubo de identidade, abuso de poder, má representação, etc.

Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, utilizou os dados de SILVIA MARIA ANTUNES MOTA de forma ilícita, delibero que o primeiro passou a ser devedor de SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, ficando obrigado a pagar o valor de 500 000€.

Verificamos e deliberamos que SILVIA MARIA ANTUNES MOTA não deve nada á empresa BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO.

Os actos administrativos de execução do presente Aviso-Legal são eficazes através de mera notificação ao destinatário, por via de carta registada, electrónica, presencial ou outra, sendo dispensadas as demais formalidades aplicaveis, considerando-se notificados no proprio dia.

Este Aviso-Legal mantém a sua vigencia independentemente das alterações, renovações ou revogações dos diplomas mencionados.

Este documento original é autenticado com assinatura ou autógrafo e selo próprio e será enviada cópia autenticada para os organismos pertinentes;

O Silêncio vale como Declaração negocial, Silêncio é consentimento;

Sem má vontade ou provocação,

Atentamente,

10 de Maio de 2023,

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 4 de 5

POR:
SILVIA MOTA
todas as
Direitos
Reservados

Tabela de preços

Violação de direitos	Compensação	Unidade de Taxação	Frações Faturação
Retenção da propriedade	4 000 000€	Dia	N. aplicavel
Devolução com dano material ao genuino proprietario	8 000 000€	Acto	N. Aplicavel
Sonegação/subtração	Restituição do valor duplicado	Acto	N. aplicavel
Elaboração de documentos oficiais	1000€	Hora	60 min.
Atendimento de chamadas	200€	Hora	15 min.
Deslocações	50€	Km	N. Aplicavel

Attorney at Law. No assured Value. No Liability.
Errors and Omissions Excepted. All Rights Reserved.

Ref.: A778

Pág. 5 de 5

Por A^o
Sfivie Norc
todas os
Direitos
Reservados

Aviso-Legal

Deliberação e Nota de Cobrança

Aviso ao principal e sucessores é Aviso ao agente

Aviso ao agente é Aviso ao director

O silêncio vale como declaração negocial

Aviso-Legal n.º 223 de 19 de Junho de 2023

Registo público: RL131946851 PT

Ref.: A778

Assunto: Deliberação e nota de cobrança

Sílvia Maria Antunes Mota *et al.* SÍLVIA MARIA ANTUNES MOTA, "cliente" da Empresa INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO com o número de "cliente" "CARTÃO DE CIDADÃO 10993025", e "cliente" da empresa denominada AUTORIDADE TRIBUTARIA ADUANEIRA com o número de cliente " NIF 219734194", residente no Lugar do Outeiro 566, código postal [4690-858] Travanca, Freguesia de Travanca, concelho de Cinfães, vem requerer, de

Dora Cristina Milho Antunes *et al.* DORA CRISTINA MILHO ANTUNES, casada, natural da freguesia do concelho de Vila Franca de Xira, funcionária da empresa CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, S.A. , na qualidade de gerente do Balcão do BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, S. A. de Almeirim, na Praça da República 36-37 R/C, 2080-044 Almeirim, nos termos e com os fundamentos seguintes:

A requerente enviou os seguintes Avisos Legais para a requerida: Aviso-Legal n.º 189 de 13 de Abril de 2023 Registo público: RL 01966813 1 PT, Aviso-Legal n.º 200 de 21 de Abril de 2023, Registo público: RL 019668220 PT, Aviso-Legal n.º 201 de 28 de Abril de 2023 com o registo publico: RL019668193 PT,

1. A Requerente não obteve nenhuma resposta da Requerida a pronunciar-se ou a refutar os factos presentes nos avisos legais, referidos e enviados, verificando que existe portanto agora um ACORDO LEGAL, FORMAL, PERMANENTE e VINCULATIVO da concordância da Sra. DORA ANTUNES no cargo de Gerente e Representante Legal do BANCO MONTEPIO GERAL - CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, segundo referido, relativamente aos factos expostos e com os efeitos descritos neste aviso legal.
2. A Requerente expõe aqui todos os pontos que acha pertinentes para análise da situação:
3. Considerando que nenhum contrato escrito é aplicável ou válido se não cumprir todos os requisitos de um contrato legítimo, nomeadamente: consentimento livre e

POR:
Sílvia Mota
todos os Direitos
Reservados

genuíno, sem que tenha sido obtido por fraude, logro, coação ou engano; Divulgação total de todas as informações materiais que possam influenciar a tomada de decisão das partes;

4. Considerando que em qualquer contrato, ambas as partes devem ter conhecimento de toda a verdade, de todos os factos. A omissão de algum facto poderá anular o contrato;
5. Considerando que a parte que não redigiu o contrato não teve oportunidade razoável para obter conhecimento dos termos utilizados;
6. Considerando que num contrato devem constar os seguintes elementos (segundo o código das Sociedades Comerciais de 1986):
 - a) Os nomes ou firmas de todos os sócios fundadores e os outros dados de identificação destes;
 - b) O tipo de sociedade;
 - c) A firma da sociedade;
7. Considerando que para haver um empréstimo, uma das partes tem que ter algo para emprestar à outra parte;
8. Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, não se pronunciou sobre os avisos Legais Anteriores, demonstrado a origem do capital alegadamente emprestado a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA.
9. Considerando que para haver um empréstimo é necessário que a parte que empresta disponha de capital para o fazer, o qual não foi demonstrado contabilisticamente e nem através de movimentos bancários
10. Considerando que para haver um empréstimo não basta criar números fictícios numa conta. Para fazer um empréstimo o credor terá que ter em sua posse aquilo que está a emprestar, entregando o capital ao devedor no acto do contrato.
11. Considerando que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, intitula-se alegadamente como credora de SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, no entanto, o termo credor significa que a pessoa que oferece crédito cria uma dívida para o fazer.
12. Considerando que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, não contraiu qualquer dívida, ao alegadamente emprestar dinheiro a WINE MANSIONS.
13. Considerando que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL não apresentou o dinheiro líquido, nem o relatório diário de transações mostrando a origem do capital que financia o alegado contrato.
14. Considerando que o verdadeiro credor deste alegado empréstimo é SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, que emprestou os seus dados assinando um contrato fraudulento.

Por:
Silvia Mota
todas as
Direitos Reservados

15. Verificamos que foram omitidos dados deste mesmo contrato, nomeadamente, dados relevantes sobre a EMPRESA BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, e também sobre a origem do alegado capital.
16. Considerando que os dados da SILVIA MARIA ANTUNES MOTA foram utilizados para serem vendidos pelo BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL a Terceiros, sem permissão da mesma, perfazendo os crimes de usurpação de dados pessoais, de roubo de identidade, abuso de poder, má representação, etc.
17. Verificamos que não foi demonstrado ter havido um empréstimo de dinheiro a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA,
18. Verificando que não foi demonstrado que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL S.A., tinha dinheiro físico para emprestar a SILVIA MARIA ANTUNES MOTA,
19. Verificando que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL não apresentou o dinheiro líquido, nem o relatório diário de transações mostrando a origem e destino dos fundos que financia o alegado empréstimo,
20. Verificamos que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL não demonstrou através de movimentos bancários e contabilísticos originais detalhados que já eram detentores do alegado capital,
21. Verificando que esse facto foi omitido no momento da escritura, bem como muitos outros factos, nomeadamente a venda dos dados da SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, perfazendo os crimes de usurpação de dados pessoais, de roubo de identidade, abuso de poder, má representação, etc.
22. Considerando que o BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL SA, utilizou os dados da SILVIA MARIA ANTUNES MOTA de forma ilícita, delibero que o primeiro passou a ser devedor de SILVIA MARIA ANTUNES MOTA, ficando obrigado a pagar o valor de 500 000€.
23. Tendo em conta todos os pontos anteriores, e verificando a ausencia de resposta do BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL S.A., silencio é consentimento, no dia 10 de Maio ficou formalizado o ACORDO LEGAL e VINCULATIVO em concordancia com a representante legal Dora Antunes do BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, S.A.
24. Verificamos e deliberamos que SILVIA MARIA ANTUNES MOTA não deve nada á empresa BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL, S.A.
25. A Requerente, credora do BANCO CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL S.A., no valor de 500 000€, vem por este meio solicitar o pagamento do respectivo valor no prazo máximo de 10 dias á Requerida.
26. O capital em questão deverá ser depositado na conta com o NIB 0036 0048 99100175677 55 no prazo máximo de 10 dias.
27. Findo os 10 dias, por cada dia de atraso, acresce 10% do valor em divida.
28. Em anexo, segue três Documentos de Compensação.

Por:
Silvia Mota
todas as Direitas
Reservadas

